



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 3ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 09 de fevereiro de 2015, com início às nove horas e quarenta minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o senhor Presidente deu por aberta a sessão e solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 5/2015. Projeto de lei nº 6/2015. Projeto de lei nº 7/2015. Projeto de lei nº 8/2015. Ofício gabinete nº 26/2015 do Executivo Municipal, que requer o arquivamento do anteprojeto de lei nº 01/2015. Ofício nº 1/2015/CEFO, informando composição da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento. Ofício/CECD nº 01/2015, informando constituição da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Ofício/CVOPU nº 1/2015, informando constituição da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo. Emenda supressiva/modificativa nº 01/2015 ao substitutivo do Projeto de lei nº 105/2014. Moção nº 1/2015. Moção nº 2/2015. Inscritos para o grande expediente os vereadores Celso Dal Molin, Luiz Frare, Cláudio Gaitero, Paulo Porto, Professor Paulino, Romulo Quintino e Fernando Winter. – Presidente: Finalizada assim a leitura da matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** – Presidente: Eu deixo a palavra livre aos senhores vereadores para inclusão ou destaque para a ordem do dia. Não houve nenhuma solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA** – Presidente: Damos início à ordem do dia. Temos a ata da 1ª sessão ordinária realizada no dia 2/02/2015, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Ata aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. Em única discussão e votação o veto total ao Projeto de lei nº 75/2014, que institui no calendário oficial do município de Cascavel o Novembro Azul e dá outras providências, de autoria da vereadora Danny de Paula e do vereador Romulo Quintino; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Romulo Quintino. – Vereador Rômulo Quintino: Esse projeto foi votado e aprovado ano passado, de autoria da vereadora Danny de Paula e subscrito por mim também, entendo que é uma campanha publicitária, inserção de uma data importante o Novembro Azul, que trata especificamente da saúde masculina, a questão da próstata enfim. Então aprovamos essa lei ano passado, houve veto do Executivo, mas entendo ser assim como várias campanhas educativas, esforços dessa Casa em fazer sua parte no que diz respeito à prevenção da saúde, ao bem estar da população. É papel dessa Casa, cuidar de sistemas importantes, no que pese a proposta de veto do Executivo, dizendo que já existe o Agosto Azul; mas entendo muito bem a responsabilidade dos senhores vereadores que na oportunidade em que votaram o Agosto Azul entenderam que tinha uma especificidade, uma característica. A questão do novembro é outra situação que trata especificamente da saúde do homem.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Quero pedir voto contrário ao veto e, que essa campanha que não é nada mais que uma proposta nossa e, precisamos implementar todas as ações necessárias e viáveis; além de que não possui um custo diferenciado ao município, então quero com a vereadora Danny de Paula que propôs o projeto naquele momento, pedir voto contrário ao veto e que essa lei, que é um papel da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Comunicação em dar esse apoio que não fica nenhum pouco pesado para a Administração pública. Então peço aos pares, voto contrário ao veto do Executivo. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Com todo respeito à fala do colega vereador Romulo Quintino, estamos aqui diante da aprovação de duas leis pra o mesmo motivo, ou seja, Agosto Azul através da lei municipal nº 6393 e Setembro Azul também aprovado nesta Casa de Leis, através do Projeto de lei nº 075. Então vamos nos deparar aqui, com duas leis versando sobre o mesmo assunto. Lendo a justificativa do Executivo Municipal ao veto total do Projeto nº 075 percebemos que, após análise técnica mencionada no Projeto de lei nº 75 que institui no calendário oficial do município de Cascavel e dá outras providências chegou-se à conclusão que existe já no acervo de leis do município de Cascavel, com data de 03/09/2014, onde foi publicada a Lei nº 6.393 de 09/09/2014, onde foi instituído no Calendário oficial de Cascavel o Agosto Azul. Então vamos ter o Agosto Azul e o Novembro Azul. É de bom tamanho, nós temos já o Agosto Azul onde serão desenvolvidas diversas atividades, não só em Cascavel, mas no Paraná inteiro, onde é designado o Agosto Azul e não há necessidade de em Novembro voltarmos ao mesmo assunto; sendo que no mês de agosto já será feito então esse grande movimento da lei já aprovada nesta Casa. Por isso peço voto favorável ao veto, em cima de que já temos uma lei que significa Agosto Azul. Seria isso. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador, João Paulo. – Vereador João Paulo: É importante ressaltar esse Novembro Azul, vereador Cláudio Gaitero, que o Agosto Azul, que é feito a questão da saúde do homem, mas em novembro é detectado pelo câncer de próstata. Neste sentido acho que vale a pena ter esse evento no mês de novembro e dizer que são datas marcadas, pra que os cidadãos possam nestes meses estar empenhados na sua saúde, cuidando de cada caso. Então gostaria que os senhores vereadores pudessem votar contra esse veto da lei nº 75/2014. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Entendo o mérito e a boa intenção do Projeto que até votei a favor, mas quando falamos do Agosto Azul; nós já tratamos da saúde do homem e realmente analisando com cuidado neste sentido acho que não podemos dissociar o ser biológico como um todo. Lógico que isso não vai agravar, mas é uma lei redundante, se nós trabalharmos ela integralmente no mês de Agosto não teria o porquê fazer novamente mais uma ação, embora não implique em despesas, mas acho que é a questão de ter uma visão conjunta porque trata o organismo humano, trata da saúde do homem, a saúde do homem é ao todo e não somente o câncer de próstata, ora outro problema que está vinculado à saúde do homem. Na minha opinião acredito que o veto, tem uma mensagem que ele está atento a essa situação de redundância. (-Um aparte) Concedo.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

– Vereador João Paulo: Eu só queria retomar novamente, porque daqui a pouco teremos também, a questão do Projeto de resolução da Frente Parlamentar de Saúde. Dizer vereador Nei H. Haveroth, que não vai movimentar nada a parte financeira do município, será apenas uma data pra ser marcada e dizer que as UBS's têm essa necessidade de fazer mais eventos que possam trazer à comunidade e que possam tratar da saúde preventiva. Eu falo isso, porque muitas vezes as Upa's de Cascavel estão sobrecarregadas, devido às unidades muitas vezes não terem esse contato, esses ajustes com a população circunvizinhas e que utilizam tanto as unidades de saúde PSF como também as UBS's; então é muito importante que os postos de saúde possam fazer essas prevenções, para que possamos ter mais qualidade de vida e é só uma data pra ser marcada. Não vejo o porquê, nós não deliberarmos e aprovarmos esse projeto pela Câmara. – Vereador Nei H. Haveroth: Obrigado pela contribuição. Respeito sua opinião, é válida, mas não muda a opinião desse vereador neste sentido, porque às vezes com panfletagem, alguma coisa; nós tivemos um gasto que poderia ser aplicado completamente na ação e no atendimento. Acho que aí está a grande questão da saúde, de melhorar nosso atendimento e não gastar com publicidade e panfletagem. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Queria abordar a respeito desse veto, mas a questão técnica. A importância do projeto não se discute, ainda mais nesta questão que envolve o câncer. Nós sabemos que há uma grande incidência; então Novembro Azul, já é comemorado a nível nacional. Houve falhas no projeto, embora eu tenha votado a favor do projeto, na Comissão de Justiça elaboramos um parecer favorável, mas em atenção ao apoio da procuradoria geral, onde o assessor jurídico e também, o procurador geral nos deram parecer favorável e nós desconhecíamos esta outra lei, a 6.393, que não foi analisada conjuntamente. A falha técnica neste projeto é que não se pediu a revogação da lei anterior. Se tivesse um artigo no projeto de lei 75, revogando a lei 6.393 resolveria essa situação. (-Um aparte) – Vereador Jaime Vasatta: Só quero reforçar o que o vereador João Paulo falou. Exatamente por causa disso que as Upas estão sobrecarregadas, porque muitas vezes o governo quando tem projeto dessa natureza, claro que alguns projetos trazem gasto pra o município, mas muitas vezes é preciso prevenir esse tipo de situação, para que possamos dar apoio às pessoas que realmente precisam de saúde, prevenindo mesmo com poucos gastos. Muitas vezes tem que sacrificar outros setores para poder investir em saúde, precisamos contribuir pra que as pessoas tenham atendimento na área da prevenção. – Vereador Pedro Martendal: Obrigado pela participação, mas mantenho minha posição a favor do veto, porque entendo que não podemos ter duas leis tratando do mesmo assunto, a não ser que se faça uma revogação da lei anterior, ou seja, a 6.393, anteriormente aprovada por essa Casa. Obrigado. – Presidente: Em votação o veto total ao projeto de lei nº 75/2014. Senhor primeiro secretário, proceda a votação nominal por favor. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Celso Dal Molin, Luiz Frare, Ganso Sem Limite, Paulo Porto, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei H. Haveroth, Pedro Martendal, Rui Capelão e Vanderlei Augusto da Silva) (Foram contrários os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vereadores: Marcos Rios, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo, Romulo Quintino, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, e Walmir Severgnini) – Secretário: Com 12 votos favoráveis e 8 contrários, veto mantido. – Presidente: Com 12 votos favoráveis ao veto e 8 contrários veto mantido; portanto Projeto de lei 75/2014 fica prejudicado. Em única discussão e votação o veto total ao Projeto de lei nº 139/2014, que estabelece regras de publicidade de vagas gratuitas disponibilizadas aos idosos no município de Cascavel nos termos do Estatuto do Idoso na forma que especifica, de autoria do vereador Márcio Pacheco. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Romulo Quintino. – Vereador Romulo Quintino: Nós encaminhamos ofício solicitando informações a respeito do presente veto, então quero expor aos nobres pares o pedido de adiamento por 2 sessões desse veto, se for possível pra melhor análise. Obrigado. – Presidente: Em discussão o pedido de adiamento do vereador Rômulo Quintino por duas sessões, para deliberação do veto total ao Projeto nº 139/2014. Em votação o pedido de adiamento feito pelo vereador Rômulo Quintino, sobre a deliberação do veto total ao projeto de lei nº 139/2014. Proceda a votação nominal, senhor primeiro secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Celso Dal Molin, Ganso Sem Limite, Marcos Rios, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Rui Capelão, Paulo Porto, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) (Não houve voto contrário) – Secretário: Solicitação de adiamento por duas sessões, aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. – Presidente: Com aprovação pela totalidade dos senhores vereadores, fica deferido o pedido de adiamento da deliberação do veto total ao Projeto lei 139/2014 por duas sessões. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 106/2014 de autoria dos vereadores Professor Adenilson, Jorge Bocasanta e Fernando Winter, com o parecer da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento. Passamos ao parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, em discussão o parecer contrário. (-Peço a palavra) Com que dispõe sobre a regulamentação e apoio ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd, no município de Cascavel, com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: O Projeto de lei nº 106 foi protocolado no mês de agosto do ano passado, os vereadores Adenilson que era suplente, o vereador Bocasanta que subscreve e a minha pessoa. A gente vê que uma das Comissões mais importantes dessa Casa é a de Economia e Finanças e muitas vezes, ou seja, 99% a gente bem entende que os membros da Comissão de Finanças é necessário dar um parecer técnico e é correto, porém como a gente costuma dizer política é política. Aqui é uma sala de debates, é como um jogo de futebol e é aqui nas 4 linhas que decidimos. Quero diante da grandeza desse projeto, o Projeto Proerd como vocês conhecem é um programa importantíssimo, que é uma prevenção às drogas que é realizado pela Polícia Militar. A grandeza desse projeto é maravilhosa, hoje se fala muito em clínicas de reabilitação, mas quando a pessoa já está afundada no crack, na cocaína, na maconha, é muito difícil a recuperação. Esse trabalho que a Polícia Militar faz com os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

alunos de certa idade nas escolas municipais é maravilhoso; porém esse parecer técnico eu peço a vocês que deem votação contrária ao parecer, porque qual o gasto que o município vai ter? Se você pegar o projeto, o artigo 5º, qual a despesa mínima que o município vai ter? Isso pode ser uma rubrica, uma transferência que se pode muito bem fazer. Aquisição dos seguintes materiais: material didático, que é apenas um livrinho, o vereador Vanderlei Augusto da Silva sabe porque ele já foi a alguns eventos do projeto Proerd, também uniformes que pode ser feita parceria com empresas. As empresas têm interesse de patrocinar esses uniformes, para que os alunos assistidos usarem no dia da formatura, bem como as despesas do cerimonial, também no artigo 9, da cláusula segunda, caberá à Secretaria Municipal Antidrogas o repasse de verbas pra eventuais manutenções das viaturas usadas pelos instrutores policiais, por isso nobres vereadores, o projeto é importante. E eu queria que vocês dessem esse apoio pra derrubar esse parecer. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Com toda nobreza desse projeto, onde se trata aqui da defesa da vida; pensar em custos, a gente tem que lamentar se for o caso de não passar por falta de investimento. Se salvarmos uma vida com o trabalho pedagógico que é o investimento que a própria escola muitas vezes tem que fazer, investimento que sendo pedagógico, toda escola, toda estrutura já tem que ter esse investimento, que é investimento no pedagógico. Não estou vendo maiores custos e se tivéssemos um grande custo que nós ao fazermos esse trabalho estejamos tirando da rua e evitando que nossos jovens estejam aí se drogando, se utilizando de práticas que podem ser evitadas evidentemente quando da criança, depois que estiver viciada vamos estar aí, construindo centros caríssimos que nem a prefeitura vai ter recursos, nem o Estado e muitas vezes não há recuperação. Nós temos que entender que é possível recuperar, o ser humano sempre é possível recuperar, mas a prevenção, qualquer custo compensa; pensar em finanças, em dinheiro, também é momento, porque nós temos que saber usar o dinheiro público e usar bem, mas sinceramente o projeto está de parabéns e os autores, também. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo. – Vereador João Paulo: Gostaria de contribuir com os senhores sobre esse projeto dos vereadores já mencionados, professor Adenilson, Bocasanta, Fernando Winter e também colocar aqui, o Cabral; o Vanderlei do Conselho e eu que fomos guardas-mirins que fomos educados de maneira diferenciada, cujo lema era: educar o jovem pra não punir o adulto. Então acho que nada mais que necessário, nós poderemos através do município de Cascavel ter essa contribuição com o Proerd, onde envolve todas as crianças da rede escolar. Então neste sentido, gostaria que os senhores pudessem também votar derrubando esse parecer, com todo respeito à Comissão de Finanças que fez essa deliberação, mas acho que acima disso está a educação de nossas crianças; porque é melhor gastar um pouco agora do que depois mantê-las no cárcere. Obrigado pelo aparte vereador. – Vereador Professor Paulino: Com todo respeito à Comissão, vamos pedir aos nobres pares para que a gente possa estar derrubando esse parecer, para estarmos salvando vidas. Não é gasto, é investimento. Controlar os traficantes é muito mais difícil; agora dar educação



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pra que nossas crianças não se envolvam, se faça uma educação preventiva, isso podemos fazer. Da minha parte muito obrigado, pois tenho certeza que os nobres pares entenderão. – Vereador Celso Dal Molin: Já fui presidente do Conselho Municipal Antidrogas, conheço muito bem o trabalho do Proerd e já tentei como presidente do Conselho fazer parceria com eles, pra ajudá-los com o trabalho. A importância desse projeto vem ajudar a prevenção e peço voto favorável ao projeto. – Vereador Rui Capelão: As boas intenções são fundamentais e importantes nessa Casa, portanto no projeto houve uma boa intenção dos que assinaram o projeto. No entanto analisando o projeto e a lei estadual que coloca em funcionamento o Proerd dentro do Estado do Paraná, está muito claro que esse projeto municipal não vai contribuir com nada. O que está no projeto está na lei, não podemos ficar pensando em algumas coisas como criar leis que regulamente uma lei, que já está definido que quem tem que regulamentar o trabalho é a Polícia Militar. Não somos nós que temos obrigação, porque é uma lei estadual. Não compete a nós, então não é possível também previsão de verba pra esse fim. A única coisa que o município pode fazer é repasse de verba pra Secretaria Antidrogas e, essa em convênio com a Polícia Militar a aplicação de alguns benefícios pra execução desse projeto. O projeto Proerd abrange a área de educação do Estado, não do Município. Se os senhores quiserem fazer um projeto sobre drogas, que abranja a aérea do município eu sou parceiro, mas que não seja emenda em um projeto que já existe no Estado, nacional ou mundialmente. Acho a ideia de criar esse projeto melhorando a nossa educação, na questão da conscientização do risco de drogas é importante, mas precisamos criar projeto próprio nosso. Então está bem claro que o público alvo do Proerd são os estudantes ligados ao Estado; então, compete ao Estado. Nós podemos até fiscalizar, fazer requerimento, encaminhamento a deputados cobrando esse programa, mas não podemos intervir no programa, pois daí estamos desrespeitando a lei maior que é a do Estado; portanto, acho que o veto está corretíssimo e sou favorável ao veto. – Vereador Cláudio Gaitero: Como bem falou o nobre vereador Rui Capelão, é uma lei estadual onde nós não podemos ir a cavalo nesta lei. Falou também o vereador Celso Dal Molin, onde permaneceu nesta Secretaria e tentou na época implementar algumas ações e foi impossível. Eu imagino onde foi impossível, pois conversando com o secretário Geninho e ele nos explicou onde esbarra a dificuldade para que o município possa apoiar essa ação do Proerd; dois itens: o artigo 5º, onde fala das despesas e também no artigo 9º, no parágrafo 2º, onde caberá à Secretaria Antidrogas do Município arcar com as despesas e a Secretaria de Educação não tem como fazer esses investimentos. A Secretaria Antidrogas já teve algumas ações, tentando fazer ações neste sentido, porém tiveram parecer contrário do promotor público municipal; onde o município não pode fazer investimento em cima de programa que é do Estado. Então, a Promotoria Pública de Cascavel já se manifestou contrária, a essa possibilidade de fazer investimento em cima desse projeto. E falar ao nobre vereador Fernando Winter, o seguinte: que a Secretaria de Finanças, ou seja, a Comissão de Finanças da Câmara de Vereadores deu parecer contrário em cima da inconstitucionalidade. Não podemos criar despesa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

em cima de um projeto que não cabe então ao Executivo municipal, aqui existe vício de origem. A Comissão de Finanças fez o que os jogadores fazem dentro de campo, eles precisamos obedecer às regras do jogo, eles fazem as regras do jogo e aqui, não foge a isso. Juramos cumprir a Constituição Federal, nossa Lei Orgânica Municipal, nosso Regimento Interno, onde está explícito no artigo 4º do Regimento Interno dessa Casa, não podemos ir contra a Constituição Federal, a Lei Orgânica e o Regimento Interno, então peço voto favorável ao parecer contrário; porque estamos legislando onde cabe ao Executivo essa ação. – Vereador Jorge Bocasanta: Rui Capelão, na realidade o que o senhor fala, não estamos falando em colégio de segundo grau, estamos falando do infantil, primário e isso é responsabilidade do Município, não do Estado; e se divide, governo federal seria superior; o ginásio o Estado e os Cmei's até o 5º ano do Governo Municipal e aqui já está direcionado. Eu sou sempre favorável a muitas coisas, até a liberação das drogas. Sou da opinião que ninguém vai ao Paraguai buscar drogas se não tem lucro; então por isso temos que investir na prevenção. Aquele Cetrad ali é jogar dinheiro fora. O viciado vai ficar um mês, dois meses e de cada 100; 99 vai voltar pra droga, é um dinheiro jogado fora, o que votamos semana passada; nós precisamos investir na prevenção, onde a gente previne? Primeiro em casa, segundo na escola. O dinheiro da prevenção passa pra Secretaria Antidrogas, o Geninho vai às escolas fazer palestras, qualquer pode ir, nós temos que fazer essa parceria, o prefeito com certeza vai tirar o dinheiro de algum lugar e vai ser a melhor coisa que a gente possa ter feito, através dessa Câmara em nível de combater as drogas, mas não é as drogas na faculdade Unioeste, é nos colégios básicos e que pertencem à prefeitura. Então vejo que é um dinheiro justo, uma parceria que vai ter resultado. No futuro vamos fechar lá o... que vai ser Idalina, não sei o quê, o Cetrad, porque se combatermos no início temos certeza que conseguiremos muito melhor resultado; por isso vou pedir voto contrário, pois acho que mais importante é a prevenção do que qualquer outra coisa. Era isso. Muito obrigado. – Vereador Luiz Frare: Apenas pra acrescentar alguma coisa, complementando o que o vereador Rui Capelão e Cláudio Gaitero colocaram sobre o parecer. O relator da época foi o vereador Cláudio Gaitero e ele diz em determinado momento que: fora as despesas que irá gerar para o município, importante destacar que o programa já vem sendo implantado há anos, desde 1998, pois se trata de um programa oriundo do Governo do Estado por meio da Polícia Militar do Paraná, onde os municípios firmam parceria pra sua execução. Esse é um trecho do relatório do vereador Cláudio Gaitero, não podendo ser instituído por lei municipal regulamentando os serviços a serem executados no Proerd, sob pena de haver nítida ingerência nas ações de outro ente da federação. Independente de haver acréscimo de despesa ou não, o município não pode firmar convênio com ente da federação. O programa educacional de resistência à violência e às drogas constitui uma forma de atuação da Polícia Federal do Paraná, voltada pra prevenção, o uso indevido de drogas e ações de violência entre os jovens; então além do que foi comentado sobre a inconstitucionalidade ou vício de iniciativa, nós temos outro problema que o município não tem competência pra firmar esse convênio; portanto peço voto favorável ao



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

parecer da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, pois a lei de... O vício de iniciativa é inconstitucional. – Presidente: Em votação o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 106/2014; senhor primeiro secretário proceda votação nominal. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Ganso Sem Limite, Paulo Porto, Jorge Menegatti, Pedro Martendal e Rui Capelão) (Foram contrários os vereadores: Celso Dal Molin, Marcos Rios, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo, Jorge Bocasanta, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) – Secretário: Com 12 votos contrários e 8 favoráveis parecer prejudicado. – Presidente: Com 8 votos favoráveis e 12 contrários, parecer prejudicado; portanto passamos à deliberação do Projeto de lei nº 106/2014, em discussão o projeto. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Fernando Winter: Só pra concluir, agradeço aos nobres pares que entenderam o mérito e a importância da grandiosidade desse projeto, mas acredito que pra responder ao vereador Rui Capelão que esse projeto não vem em nada prejudicar, apenas ele vai ampliar e reforçar. É sabedor de todos vocês que existem projetos federais, estaduais e municipais, na mesma pauta; então o projeto municipal vem apenas reforçar. Não entendi a posição do Pedro Martendal, porque ele sempre fala sobre isso que o projeto do município não vem atrapalhar o projeto estadual, ou seja, federal. Alguns itens que coloco aqui, que diz assim: as cadeias estão cheias, problema nacional. Outra pergunta importante: quanto custa um dependente pra o município? Segundo, um escrivão da Polícia de Cascavel quando há um chamado mesmo de um menor, que depois de 3 dias a lei defende eles, que vai ser solto aquele menor; quando é chamado tem que deslocar viatura com 4 policiais gastando: combustível, tempo e, quanto custa essa operação pra prender um traficante que muitas vezes é menor e que em 2 ou 3 dias vai estar solto novamente? Então essa questão que temos que discutir, esses quesitos que temos que discutir a importância desse projeto Proerd, que é realizado pela Polícia Militar. Depois que a pessoa está afundada na droga é muito difícil à recuperação, porque acompanho pessoas no meu segmento religioso e eles dizem que recupera de 10 a 20% e os outros caem novamente na droga. Pedir o apoio a esse projeto, votem favorável, o gasto que a prefeitura vai ter é mínimo. Existem grandes empresas interessadas em fazer parceria com o município pra custear essas despesas; peço voto favorável a esse projeto. – Vereador Jorge Bocasanta: Eu não entendo o voto do nosso Paulo Porto, excelentíssimo vereador, não sei se olho no rosto do meu amigo ou na parede, não sei onde tem que passar óleo de peroba. Porque não é possível um professor não querer defender a prevenção na escola. Ainda bem que penso diferente, mesmo sendo da esquerda, o professor tem que ensinar muitas coisas; então gostaria de pedir voto favorável a esse projeto, porque talvez seja um dos melhores projetos de Cascavel. No nosso Posto de Saúde, dias atrás, entrou um drogado lá, não tinha nada a perder, era portador até do HIV, drogado, levou nossa chefe, tirou dinheiro dela e levou na base do 38 e a origem disso, é a droga. Hoje, a gente não vê nas ruas gente pedindo. Não tenho medo de deixar minha casa aberta com medo de alguém vir roubar pra comer, a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

gente fecha nossas casas por causa da maldita droga e essa nós temos que combater de todas as formas e a melhor forma é na prevenção. Não é no cadeião, isso é um dinheiro jogado pelo ralo; esse projeto é um projeto, uma parceria que vai fazer com que o professor nas escolas poderá ter mais segurança, poderá ensinar mais. Professor não vai trabalhar com medo, terá apoio maior da Polícia Militar, da Secretaria Antidrogas de Cascavel e queria que não votasse com a burrice, votasse com o coração, com a consciência. Pois não, Marcos Rios. – Vereador Marcos Rios: Dizer a realidade vereador, não sei como a Comissão de finanças deu parecer contrário a um projeto desses, projeto que só vem em benefício, inclusive parceria de custo. Não tem como o município hoje dizer que não vai fazer uma parceria dessas; acho que a Comissão não olhou bem o projeto, porque é um projeto importante e que só vai trazer benefício pra população. Inclusive, as pessoas que mais sofrem é a família que hoje tem o drogado, o alcoólatra, é onde a comunidade hoje necessita de um projeto importante desse, uma parceria. É muito importante esse projeto, parabenizo os autores do projeto, é um projeto importante pra o município de Cascavel. (- Um aparte) – Vereador Jorge Bocasanta: Sim. – Vereador Professor Paulino: Como nós falávamos anteriormente, ele não está no combate, ele está na prevenção e entendemos que... Inclusive tenho 3 filhos que passaram pelo Projeto Proerd, que hoje vai até o 5º ano, é um investimento que vale a pena. Podia até tirar o uniforme, camisetas, não é necessário isso. É necessário que seja trabalhado pedagogicamente as crianças, porque esse projeto não visa, vereador Rui Capelão, você falou que isso é responsabilidade do Estado. Os Cmei's até o 5º ano é responsabilidade do município, então não estamos legislando aqui na competência do Estado. A questão pedagógica é responsabilidade da escola, do nosso município e vejo que é bem melhor a prevenção do que tratar um dependente químico depois. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Se nós podemos fazer uma parceria pelo Cetrad pra cuidar dos viciados também, podemos também fazer uma parceria pra que eles não entrem, a não ser que fôssemos traficantes; aí sim, o traficante tem interesse que quando mais drogados maior o seu lucro; então peço, Rui Capelão, você que sempre defendeu nossa bandeira do interesse social e quando o “de menor” entrar com arma no seu estabelecimento pra assaltar, muitas vezes está assaltando porque não teve família, orientação, o desejo de usar drogas faz isso. Tudo que é pra prevenir temos que votar favorável, por isso peço voto favorável dos vereadores. – Vereador João Paulo: Gostaria de novamente voltar a contribuir com esse projeto e dizer que, agora como foi derrubado o parecer da Comissão de Economia e Finanças eu gostaria que pudéssemos votar na totalidade por esse projeto. Porque nós que acompanhamos a saúde de Cascavel e vemos as dificuldades que acontecem, necessitamos desse programa, de auxílio a esse programa e daí, vejo os comentários de muitos dizendo o seguinte: problema do Estado, da União. Tudo bem, temos que fazer parceria pra que possa o Estado se colocar à disposição do município pra ajudar; afinal de contas a maioria dos senhores vereadores tem representantes que também tem que ser ativos na nossa cidade. Digo isso, porque na verdade muitas vezes vemos nas Upa's as pessoas ficarem mais de 72



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

horas, porque o Estado não está liberando leito e quem está pagando a conta é o município. O Município quantas vezes paga 15 dias que as pessoas ficam aguardando a liberação do Estado. Eu falo isso, porque muitas vezes há pessoas lá que estão com abstinência da bebida, de drogas e olha o trabalho que dão aos servidores do município aqui. Quantas técnicas de enfermagens e enfermeiros têm que ficar à disposição dessas pessoas que estão ali com essa abstinência de drogas, e o Município está pagando uma coisa que era do Estado. Está faltando uma gestão pra que controle isso e ajude, principalmente as crianças. Muitas vezes os pais não têm oportunidade de falar que droga é essa ou aquela pra os filhos. Nós sabemos que o Proerd, já foi feito através do Estado do Paraná, mas o município também tem que ajudar; o município também tem que ter sua contrapartida, então quero só pedir aos nobres vereadores, pra que possam nos ajudar nesta votação. Pois não vereador. – Vereador Jaime Vasatta: Acho que você falou tudo. A questão da parceria, nós não estamos aqui como disse o vereador Rui Capelão, indo a cavalo em cima de leis federais ou estaduais; são ajustes. É essa parceria que o município pode contribuir pra que cada vez mais possamos melhorar a questão das drogas, enfim e esse projeto vem a contribuir. Nem tudo que cai na área é pênalti: o juiz que define as regras e o Plenário é soberano. – Vereador João Paulo: Que possamos votar agora, pensando nas famílias, nas pessoas que utilizam a rede pública, tanto estadual como municipal como o vereador Jorge Bocasanta disse lá no bairro, as crianças não têm prevenção, é necessário esse programa, além de ser fundamental e tem que ser ampliado. E só através de parcerias, tanto municipal, como estadual e federal e nós temos que correr atrás e tentar ajudar. Não é só criar a lei aqui, mas falarmos também com as pessoas que as deliberam do Estado e também a nível da União. Obrigado. – Vereador Celso Dal Molin: Quando eu coloquei que fui presidente do Conselho Antidrogas e entre outras coisas, temos no Brasil o Cenad que é Conselho Nacional Antidrogas e através do Conselho Nacional Antidrogas fiz 2 projetos, onde adquiri 2 veículos cedidos pelo Cenad, onde consegui computadores e mais equipamentos que podiam ser usados no Conselho, inclusive está no Conselho até hoje, uma Split e uma Kombi através de um projeto desses. Mas a ideia era através do Conselho trazer recursos e repassar ao Proerd e não conseguimos, porque não tivemos apoio; como está tendo apoio agora nesta Casa de uma lei pra ser aprovada. Esse tipo de apoio que não consegui na época, tem muitos veículos hoje apreendidos na 277 e que podem ser repassados ao Proerd, precisamos de um canal pra fazer com que isso aconteça. Estamos começando uma parceria, pra poder fazer mais uma parte no combate às drogas, uma prevenção, que o caminho como foi falado aqui, é a prevenção; então peço voto favorável ao projeto. - Vereador Paulo Porto: Inicialmente falar que cara de pau vereador Bocasanta, é ser presidente da Comissão de Saúde e o sócio da clínica particular ser flagrado na UBS Faculdade, fraudando o sistema público e se calar vergonhosamente e não fazer nenhum tipo de explicação. A parte as provocações gratuitas do vereador Bocasanta, eu entendo que ser de oposição não significa votar sempre contra o prefeito ou contra o Executivo. Neste caso entendo que a Comissão



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

estava correta na sua avaliação, por isso votei com a Comissão, independente de ser da oposição ou da situação. Tem que ter o mínimo de coerência nas votações, senão isso vira um circo como alguns vereadores acham que isso é um circo, mas a maioria entende que, não é. Por isso, voto favorável à Comissão de Finanças, entendendo que esse projeto é um projeto que já existe legislação a respeito dele. Como votamos anteriormente a favor do veto, em relação ao Novembro Azul, já tinha o Agosto Azul da mesma vereadora, então entendemos que não tinha necessidade; estou justificando meu voto. Agora passado pela Comissão, obviamente ninguém vai votar contra o Proerd, então vamos votar favoravelmente, entendendo e fazendo o destaque de que já existe legislação neste sentido. – Vereador Nei H. Haveroth: Importante dizer que esse projeto Proerd é vinculado à patrulha escolar do Estado, um dos mais belos projetos feitos pela Polícia Militar do Paraná. Em segundo lugar, dizer que tem todo meu respeito a Comissão por dar o parecer contrário, dentro daquilo que é atribuição da Comissão. Não me manifestei no parecer, até fiquei preocupado; porque não estaria caso o projeto tivesse sido derrubado no parecer. Mas é importante dizer que, fizemos uma audiência pública ano passado e um dos encaminhamentos foi que algumas ações fizéssemos em favor da manutenção e da melhoria do projeto do Proerd no Estado, por ser um projeto aplicado estritamente na área do ensino fundamental do município e esses benefícios estariam dentro do próprio município. Importante esclarecer que, quando a Polícia militar está instalada no município ele já estabeleceu um convênio de parceria de atuação e o Estado entra com a folha de pagamento, com alguma estrutura, mas não impede que o município também, apoie. E é uma situação mediante um convênio e acho que o município de Cascavel merece pelo seu tamanho uma Secretaria de Segurança, não apenas uma Secretaria Antidrogas e aí sim, através de parceria fazer com que algumas ações fossem melhoradas. Os profissionais do Proerd são habilitados pra tratar esse problema com o aluno diretamente na escola, porque às vezes o professor não tem essa formação pedagógica, pra estar lidando com esse problema com o aluno. Embora pela sua legalidade, existe questionamento no sentido de ajudar o Proerd, é importante que o município faça sua parte, que nós apoiemos através de um projeto de lei um instrumento pra que a Secretaria Antidrogas hoje, crie esse elo com esse projeto; porque um projeto bom como esse, instalado pelo governo em 98, que não lembro quem era o governador, talvez Jaime Lerner. Passou por alguns sucateamentos por outros governos, porque não é de interesse estimulá-lo, tanto é que hoje em Cascavel, a Patrulha Escolar, o Proerd está dentro da instalação do Corpo de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros que abriga a Patrulha Escolar juntamente com o Proerd, dentro da sua instalação; porque não tem lugar pra ficar e porque os governos posteriores não deram continuidade a um projeto tão bom como esse da Polícia Militar do Paraná. Talvez nesta audiência pública, que nós tiramos esse encaminhamento pra que inspirasse esse projeto; porque alguns vereadores estavam nesta audiência pública, embora entendamos os limites que existem do entendimento legal do município interferir neste projeto. É importante que a Secretaria Antidrogas ajude o Proerd a se fortalecer; por isso meu voto foi contrário ao parecer da Comissão



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

e favorável ao mérito do projeto. Muito obrigado. – Vereador Jorge Menegatti: Votamos favorável ao parecer da Comissão, porque percebemos que tinha fundamento: não somos contra o Proerd e só pra conhecer um pouco, você que está em Casa não conhece. O Proerd já existe, não está sendo implantado por essa Casa de Vereador e na fala de alguns aqui, parece que estão implantando o programa. O programa é estadual, é feito em Cascavel com parceria com a Prefeitura, onde ela ajuda com material e até com camisetas, acho; então a Prefeitura já está com convênio com o programa. Aqui é uma maneira de regulamentar diferente ou tentar colaborar; acho que quanto mais pessoas estiverem preocupadas com a questão da prevenção é importante. Somos favoráveis ao projeto, apesar de achar que poderia ser melhor discutido. Vejo que tem vereadores que votam favoráveis, tentando mudar alguns detalhes. Seria coerente, senhor presidente, encaminhar aqui um pedido de vistas pra podermos discutir melhor. Se os companheiros acharem que isso pode ser discutido e que pra que ele não tenha um veto do prefeito ou uma ADIN depois, pra que essa ideia realmente vá à frente e pra que seja melhor discutido com alguns vereadores, na próxima semana e pra que a gente não perca esse projeto e seja encaixado na sua devida forma. – Presidente: Em discussão; o pedido de vista elaborado pelo vereador Jorge Menegatti. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Rui Capelão pra discutir o pedido de vistas. – Vereador Rui Capelão: Gostaria de encaminhar meu voto contrário ao pedido de vista, porque acho que não vejo porque ficarmos empurrando isso pra frente. Definir hoje de uma vez, mesmo que caia na mão do Prefeito ou não caia, mas que seja dada uma solução imediata. Não vejo necessidade de pedido de vista, pra se analisar um assunto dessa natureza. – Vereador Fernando Winter: Eu acho um absurdo esse pedido de vistas, sendo que quase todos os vereadores já se manifestaram, peço voto contrário ao pedido de vistas. – Vereador Romulo Quintino: Respeitando sempre o pensamento de cada vereador, o vereador Jorge Menegatti fez o pedido de vista e também, contraposto pelo vereador Rui Capelão também, sou do pensamento que é um projeto que está há bastante tempo tramitando na Câmara de Vereadores, então sou contrário ao pedido de vistas. – Vereador Pedro Martendal: Com todo respeito aos vereadores que se manifestaram conta o pedido de vistas, mas quero fundamentar minha posição favorável ao pedido de vistas; uma vez que é um projeto importante. O Proerd é um projeto muito importante, mas já temos uma lei estadual, inclusive ela consta no próprio projeto dos ilustres vereadores, no artigo 9º e nesta lei o artigo 2º diz o seguinte: o Proerd será organizado e gerenciado exclusivamente pela Polícia Militar; então o pedido de vista é pra analisarmos com mais cuidado e talvez os proponentes: o vereador Bocasanta e Fernando Winter apresentem substitutivo ou façam uma adequação, porque o projeto de lei 106 está como se o projeto não existe, no inciso II, do artigo 1º, diz o seguinte: o Projeto será ministrado... Mas ele já existe, acho importante o pedido de vistas agora, dado a importância do programa que é o Proerd. Obrigado. – Presidente: Senhor primeiro secretário, proceda votação nominal ao pedido de vistas feito pelo vereador Jorge Menegatti. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Ganso Sem



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Limite, Paulo Porto, Jorge Menegatti e Pedro Martendal) (Foram contrários os vereadores: Celso Dal Molin, Marcos Rios, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo, Jorge Bocasanta, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) – Secretário: Com 13 votos contrários e 7 favoráveis, pedido de vistas não deferido. – Presidente: Pedido de vistas prejudicado com apenas 7 votos favoráveis e 13 contrários; passamos a votação... – Vereador Rui Capelão: Questão de ordem. Estava ainda em análise o projeto, em discussão e, foi interrompido com o pedido de vistas, mas eu gostaria de me pronunciar quanto ao projeto. – Presidente: V. Excelência já não usou da palavra na discussão do projeto? – Vereador Rui Capelão: Não. Eu apenas falei no veto, gostaria de falar sobre o projeto. – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Obrigado. Gostaria de fazer um comentário, durante minha vida fiz alguns trabalhos sobre drogas. Estive na Polícia Militar, a gente aprendeu um pouco na Polícia Militar sobre o que ocorre neste problema das drogas, onde se tratou disso aí. Os traficantes, quanto mais se fala em drogas, eles se sentem bem; porque acreditam que você está publicando o que eles gostariam de ser divulgado. Muito embora nossa divulgação seria contra as drogas, mas eles entendem que a criança vai ter curiosidade de saber disso aí. Outra questão é a questão da idade da criança; ela vai começar a conhecer desses assuntos dos 10, 12 anos em diante, que é onde vai começar a despertar o interesse e ter liberdade maior de sair à rua e ter contato com o traficante; portanto aquele aluno da 1ª ou 4ª série ele não é de grande risco. O de grande risco é aquele que já está no ensino fundamental, por isso algumas coisas têm que ser analisadas. Pra nós jogarmos as crianças de 1ª ou 4ª série neste meio, nós temos que ter estudo com psicólogos, pessoas mais desenvolvidas neste sentido. Quanto ao projeto, aqui fala que: o programa será desenvolvido na zona urbana do município de Cascavel, porque não na zona rural? Hoje sei que na zona rural, já tem muitas questões, problemas com drogas. Fala aqui, que o instrutor do Proerd ao terminar os trabalhos no município deverá apresentar relatório das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, não fala se é do Estado ou Município, o programa é do Estado e a Polícia Militar não tem obrigação de apresentar esse relatório. *A Polícia Militar pra implantação do Proerd fica autorizada a celebrar convênios, termos de cooperação técnica entre outros meios de parceria, que terão como objetivo principal a destinação de recursos, custeio e investimentos pra divulgação das ações e aquisições de material didático.* Está deixando claro que os custos desse programa estão sendo repassados pra o Município e não podemos ficar passando custo de um programa do Estado pra o Município. São questões fundamentais que temos, que temos que olhar em cima do projeto. No artigo 10 diz que: as despesas decorrentes da execução dessa lei correrão a conta da dotação orçamentária consignadas no orçamento do município de Cascavel. Nós estamos transferindo os custos do Proerd pra o município de Cascavel, portanto tem uma série de vícios da lei; embora a boa intenção dos nossos contribuintes com o projeto. Ela está bem deficitária, por isso acho que se queremos fazer um programa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sobre drogas pra ser aplicado nas escolas, temos que criar um programa nosso, mas não avançar no programa do Estado que tem uma finalidade específica. Quanto à questão dos pais, o programa do Proerd fala dos pais, alguma coisa tem sido feita? Nada. Mas deveríamos cobrar, pra que alguma coisa fosse feita junto aos pais. Podemos cobrar, fazer requerimentos, encaminhamentos, mas não podemos fazer uma lei modificando o Proerd. Continuo sendo contrário ao projeto. – Vereador Cláudio Gaitero: Fico imaginando como está a cabeça do nosso presidente, onde até semana passada, ele falava em falácias, ele deve estar louco pra falar. Falácias, fui verificar no dicionário, tem em torno de 6 tipos de falácias, digo, senhor presidente, o senhor que era enfático, nesta palavra falácias, eu coloco mais uma na relação: a falácia tem época, tem momento, momentos diferentes como estamos vendo aqui, então inclui-se nestes 6 itens de falácia mais essa, a falácia tem tempo. Conversando com o Secretário Waldecir Nath, ele nos informou que os alunos do 5º ano, com 9 anos são os que participam do Proerd, tanto na escola municipal como particulares. Essas escolas aderem ao programa do Estado, o Proerd. Hoje, são em torno de 3000 alunos com 9 anos de idade, participando do Proerd, sendo desde 1998, ou seja, está próximo de completar 20 anos que o Proerd já existe em Cascavel. Não está criando uma rota, o Proerd já existe desde 1998, pra isso peço voto contrário ao... Pois não vereador. – Vereador Rui Capelão: Essa Casa já tem feito inclusive trabalhos, elogiando o trabalho do Proerd, trouxemos pessoas aqui que trabalham dentro das escolas com essas palestras, foi dado certificado de honra ou mérito, portanto temos participado e aprovado o trabalho do Proerd. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado pela contribuição. Pra isso estamos trabalhando em cima de uma lei que já existe, então pedimos voto contrário a esse projeto. – Vereador Luiz Frare: Só pra complementar. Como é uma lei que tem vício de iniciativa e que tem uma outra que vai sobrepor, como o vereador Cláudio colocou, é possível que além do veto depois venha uma ADIN. E nós temos verificado muitos vetos que o Executivo encaminha do Legislativo, são via de regra, leis que não é de competência do Legislativo tomar iniciativa; então provavelmente nós teremos mais um veto e provavelmente depois venha uma ADIN, porque essa lei não tem consistência. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado senhor presidente. Peço voto contrário não ao Proerd e sim, a esse projeto que já está contemplado no Proerd. Obrigado. – Presidente: Em votação; o projeto de lei nº 106/2014, solicito ao senhor secretário que proceda votação. (Foram favoráveis os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jaime Vasatta, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Jorge Menegatti, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini, Romulo Quintino e Pedro Martendal) (Foram contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Ganso Sem Limite, Cláudio Gaitero, Luiz Frare e Rui Capelão) – Secretário: Com 5 votos contrários e 15 favoráveis, projeto de lei aprovado. – Presidente: Com 5 votos contrários e 15 favoráveis, aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 106/2014. Antes de passarmos pra deliberação a primeira discussão do projeto de lei nº 138/2014, suspendo a sessão com base no artigo 13, por 5 minutos. (...) Convido a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

todos os vereadores pra que retornem ao Plenário, pra que possamos dar prosseguimento a presente sessão. Em primeira discussão e votação o projeto de lei nº 138/2014, que autoriza a denominar próprio público municipal com o nome de "Professora Izailda Baranoski Carneiro", e dá outras providências, de autoria dos vereadores: Jorge Bocasanta, Fernando Winter, Vanderlei Augusto da Silva, Ganso Sem Limite, Romulo Quintino, Gugu Bueno, Nei H. Haveroth e Luiz Frare; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Esse projeto pra dar o nome tia Izailda, professora, foi uma sugestão do próprio Dalmina, conhecedor da família. Foi uma professora que trabalhou no ensino público, criou o Colégio Ideal, teve várias dificuldades na vida e foi uma vencedora, por isso é que as pessoas que lutam por um objetivo nós devemos sempre homenagear, então estamos fazendo uma homenagem a uma pioneira de Cascavel a uma guerreira que atingiu seus objetivos. Quando se fala em Colégio Ideal está falando dela, que começou a lecionar dentro de casa, sempre foi uma educadora de mão cheia, por isso peço voto favorável. Muito obrigado. – Presidente: Em primeira votação o projeto de lei nº 138/2014; que autoriza a denominar próprio público municipal com o nome de "Professora Izailda Baranoski Carneiro". Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos a discutir em segunda discussão o projeto de lei nº 122/2014, que dispõe sobre a revogação da lei nº 6318 de 12/02/2014; em discussão. Em segunda votação o projeto de lei nº 122/2014, que dispõe sobre a revogação da lei nº 6318 de 12/02/2014 de autoria do Executivo municipal. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em segunda discussão o projeto de lei nº 122/2014, que dispõe sobre a revogação da lei nº 6318 de 12/02/2014; em discussão. Em primeira discussão e votação o Projeto de resolução 11/2014, que institui a Frente Parlamentar de Fiscalização Permanente do Sistema Único de Saúde, na Câmara Municipal de Cascavel de autoria dos vereadores Gugu Bueno, João Paulo de Lima, Jaime Vasatta, Jaime Vasatta, Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Ganso Sem Limite, Nei H. Haveroth e Danny de Paula; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador João Paulo. – Vereador João Paulo: Quero dizer que com esse projeto de resolução nº 11/2014, com certeza será um grande avanço na Câmara Municipal de Cascavel. Isso porque essa Frente Parlamentar vem realmente complementar aquilo que a CPI da Saúde, fez no período que foi executada várias fiscalizações no serviço de saúde do município de Cascavel. Muitos questionam o que a CPI da Saúde fez, porque afinal de contas a saúde está do jeito que está e, parece que não foi feito nada. Muitas coisas foram levantadas, foram quase 500 páginas entregues ao prefeito municipal, porque muitas vezes ocorre falta de gestão, porque o prefeito tem uma denominação de várias Secretarias e muitas vezes suas Secretarias não estão a par de todo os problemas como vem até os senhores vereadores, mas o município investe acima do limite que seria que cada município investisse 15%. Hoje, o município de Cascavel investe 30% e ainda não está



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

bom. Outro detalhe é dizer que, como falei nesta outra lei que a gente votou, sobre as parcerias do Estado, uma significância dizer que a 10ª Regional não cumpre com sua obrigação, onde o Município está pagando a conta que é do Estado. As Upa's de Cascavel é pra ficar 24 horas, com o acordo que foi feito com o Comitê de Urgência e Emergência as pessoas deveriam ficar 72 horas, mas ficam 8, 10, 15 dias e quem paga a conta é o município de Cascavel; então, tem que voltar a fiscalização. Os vereadores têm que continuar batendo de porta em porta nas unidades de saúde, nos hospitais e dizer uma coisa: o sistema tem que funcionar. A questão da CPI da Saúde está no Ministério Público, através da pessoa do Dr. Ângelo e foi aberto o inquérito pra que fossem apuradas as denúncias que a CPI da Saúde fez e muitas coisas, acredito que o Ministério Público determine judicialmente. Uma das situações é a Upa do Veneza, aonde uma empresa que vem de fora faz o que quer no município de Cascavel e acaba saindo e deixando o município no prejuízo. Eu falo isso, porque uma Upa nova, todos os dias tem que estar resolvendo uma situação ou outra. Temos que não só cobrar a questão de atendimento que é necessário, pois como já ressaltai é impossível a pessoa chegar numa Upa às 8 da manhã e sair 18 da tarde, mas também é necessário que os servidores que estejam atendendo nas Upa's e nas UBS's possam estar satisfeitos com os salários, pra que possam dar um bom encaminhamento na situação. Essa Frente Parlamentar da Saúde com certeza será um grande avanço pra área de fiscalização, porque na verdade teremos através da deliberação do presidente, vereador Gugu Bueno, que foi presidente da CPI da Saúde e, está dando respaldo a essa Frente Parlamentar. Dizer que teremos um telefone aqui, na Câmara pra que as pessoas possam fazer as denúncias e neste sentido que temos que trabalhar, porque somos fiscais do povo. E dizer também, porque essa Frente da Comissão tem muito serviço pela frente, é a questão da fiscalização dos hospitais. Há 30 dias o hospital HU cabia 8 pacientes no Pronto Socorro e agora tem só 5 leitos, e eu comentava com o vereador Romulo Quintino que ontem me ligou, que tinha uma pessoa que estava aguardando transferência pra o HU, mas disseram assim: é que tem greve dos servidores. Eu vou respeitar a greve dos servidores, porque estão reivindicando seus salários, mas não vou aceitar médico que ganha... Porque na verdade é o seguinte: temos que respeitar os bons médicos. Agora falo aqui, que temos que ir atrás dessa gente, não é admissível médico que ganha por um contrato que é feito no HU e não trabalha, médico que acaba fazendo sua deliberação na sua clínica particular e deixando o HU a mercê. Eles não estão em greve, eu apoio servidor que está reivindicando seu salário, mas médico que ganha bem e está na clínica particular atendendo, esse nós temos que tirar, temos que começar a tirar, porque ontem quando o vereador Rômulo Quintino me ligou dizendo que uma senhora estava aguardando na Upa a boa vontade desses médicos, pelo amor de Deus, temos que começar a fazer uma retroativa, que todos esses médicos que não querem trabalhar no município de Cascavel que peçam pra sair dos seus trabalhos, porque não dá pra gente admitir isso. Eu peço nesta tribuna que o Professor Cascá, um homem respeitado pela Unioeste de Cascavel que cuida também do Hospital Universitário, que reúna essa gente e fale com



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

eles, porque não dá pra essas pessoas ficarem sofrendo nas Upa's de Cascavel, aguardando vaga 0, que vaga 0 já é uma situação que não tem como mais ficar numa Upa e, essas pessoas ficando lá aguardando essa mercê. E logicamente que, sabemos que existem vários acidentes em Cascavel, mas sabemos que existem 2 ortopedistas lá no HU, pra que façam bons trabalhos. E por que muitas vezes só tem 1 ortopedista na porta de entrada e não tem outro lá, fazendo cirurgias? Então, esse é um desabafo desse vereador, que luta pela saúde dia e noite e vamos continuar, porque pra isso só se me calarem. Pois não, vereador Romulo Quintino. – Vereador Romulo Quintino: Dizer que de fato o encaminhamento deve ser esse mesmo. Existe um espírito que não pode ser sufocado nesta Câmara de Vereadores é o desejo de fazer uma coisa pra melhorar a saúde, educação, tanta coisa que precisa. Quero me juntar a ti nesta palavra e mais uma vez parabenizar você, o Gugu Bueno e dizer que precisamos continuar assim mesmo, lutando. É uma barreira que parece intransponível, mas se nós calarmos a coisa fica pior. Temos em Cascavel gerentes que são muito bons pra dar estatística, mas as pessoas continuam morrendo nas Upa's. – Vereador João Paulo: Era isso. – Vereador Jorge Bocasanta: No caso do HU, nossa Comissão foi lá várias vezes, combatemos de todas as maneiras, de todo jeito, mas lá quem manda é o reitor com sua equipe, que o Paulo Porto e a esposa fazem parte. Ele tentou me atingir, mas eu sou do certo. Falei pra CPI da Saúde quantos médicos tinha e que não trabalhavam. Meu sócio, segundo Paulo Porto, meu sócio tinha de manhã um consultório pra atender no mesmo horário. Só que tem muito mais servidores do HU, da 10ª Regional de Saúde que é uma coisa triste. Eu não acredito que um oficial de manutenção ganha R\$ 16.000,00, uma bibliotecária ganhando também, esse valor. O HU o dia que fizerem uma operação pente fino, provavelmente alguém vai sair preso, devido ao mau gerenciamento. Esse país nosso que está cheio de corruptos, inclusive no nosso Partido que defendemos a expulsão. Professor Paulino, sei que o senhor e eu não vamos roubar e não vamos nos curvar, aqui. Não nos calaremos por alguns empreguinhos, tem gente aqui que se curva por emprego. O Jorge Bocasanta nunca precisou de indicação de Câmara nenhuma, o Partido dos Trabalhadores nunca veio me pedir emprego aqui. Na CPI da Saúde quantas vezes eu dei nome aos bois; eu não preciso vir falar na tribuna, mentir pra população; eu levei muitos dados pra o Gugu Bueno. Meu companheiro que se elegeu junto com os votos da gente não pode falar: nunca me manifestei. A gente não se manifesta pra aparecer, a gente se manifesta no papel, e o papel o Gugu Bueno está aí, quantos papéis eu dei, quantos relatórios eu firmei, sem olhar companheiro, adversário. O vereador Jorge Bocasanta é do certo, eu tento ser o certo. Robertinho Magalhães, eu sempre denunciei não pra perseguir ninguém. (-Concede um minuto) Sim. – Vereador Professor Paulino: Aproveitando a questão da saúde, estive com minha esposa semana passada, quando o SAS não funcionou e a gente percebe a dificuldade que temos nas Upa's. Nós vimos os médicos trabalhando muito, vimos uma médica tentando dar conta de tudo. Precisamos de mais médicos pra um atendimento de emergência, o plantão precisa mais. E quanto ao salário entendemos que quem atende bem a população merece ter salário, não somos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

de forma nenhuma contra salários de servidor público e entendo que temos que trabalhar no sentido de mais recursos. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Precisamos sim, de mais recursos. Defendo que o serviço não pode pagar menos que o privado nem mais, tem que ser na média. O que está faltando neste município é um hospital municipal. Temos posto, tudo, mas precisamos de um hospital municipal, não tenho dúvida. Quando o Edgar Bueno ou o próximo prefeito fizer um hospital municipal, vai estar realmente salvando vidas; um hospital municipal bem administrado. Era isso. Muito obrigado. –Presidente: Peço ao vereador Luiz Frare, que assuma a presidência. – Vereador Gugu Bueno: Não tenho a pretensão de usar da palavra em todas as discussões e deliberações, mas essa questão da Frente Parlamentar é muito especial pra mim que tive o privilégio de presidir a CPI da Saúde, em conjunto com o vereador Jaime Vasatta e João Paulo. Nós que praticamente dedicamos um ano inteiro pra saúde de Cascavel e hoje, é um passo muito importante que é a implantação dessa Frente Parlamentar da Saúde. Primeiro, dizer a essa gente que estava pensando por algum momento que tínhamos esquecido deles; dizer que estão enganados; o pesadelo vai voltar. Nós que com toda certeza tiramos o sono dessa gente, que bom senso não tem e bom coração também não deve ter, porque não se incomoda com a morte de nossa gente. Nós que tiramos eles, do conforto durante a CPI da Saúde, demos um prazo pra ver se algo ia mudar e nada mudou; portanto tenho certeza que com esses poderes extraordinários que essa Frente Parlamentar terá, vamos poder voltar com força total aos trabalhos, pra de fato tentar melhorar a saúde pública de Cascavel. O vereador Romulo Quintino disse algo interessante e me fez lembrar um filme que assisti há poucos dias, onde ele dizia que: pra essa gente talvez as mortes nas Upa's seja apenas estatística e lembrei, Paulo Porto, e Vossa Excelência sabe bem disso, para Stalin, era um filme sobre sua vida, tem uma frase dele que ficou conhecida, quando ele dizia: *a morte de uma pessoa é uma tragédia, a morte de milhares é estatística*. Será isso que essa gente pensa, será que nossa gente morrendo e sofrendo é apenas número pra essa turma? Só posso acreditar que seja, porque não é possível que esse pessoal consiga sentar num restaurante chique de Cascavel e consiga almoçar, tomando um bom vinho com uma tranquilidade absoluta. Não é possível que ele não lembre que tem uma pessoa há 40 dias na Upa, esperando um leito hospitalar. Acho que devem ser seguidores de Stalin, acho que pra eles a morte é apenas um número estatístico, porque ninguém teria um coração tão duro de viver em paz, tendo a responsabilidade com tantas vidas que estão se perdendo. Nossa realidade das Upa's é diária, hoje se formos às Upa's, com certeza vamos encontrar pessoas há mais de 30 dias, esperando um hospital. Não dá pra imaginar o sofrimento de uma família que não consegue colocar pra dentro de um hospital um ente seu, que está enfermo, uma família vendo um pai, mãe, filho, perdendo sua vida e você não ter a chance de levá-lo pra um hospital e essa é nossa realidade; não a do nordeste brasileiro ou de uma cidade pobre do Brasil, essa é a realidade aqui de Cascavel; e precisa algo ser feito. Fui questionado por algumas pessoas no final do ano, se a CPI da Saúde tinha de fato feito alguma coisa. Fez muito, fez um RX da saúde pública de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Cascavel, mais de 5000 páginas de documentos levantados, 7 encaminhamentos pra o Ministério Público, pedimos a prisão e tenho certeza que ainda este ano, outras pessoas serão presas; mas acima de tudo a nossa preocupação naquele momento era dar um choque na gestão de saúde pública de Cascavel e conseguimos. Antes da implantação da CPI, eram diárias as denúncias e a desconfiança da nossa população pra com o cumprimento da jornada de trabalho, por exemplo, por parte de médicos e funcionários da saúde. Isso não mais existe, porque além de toda aquela situação do médico que tem acarretado, as outras 7 denúncias feitas ao Ministério Público, exigimos que fossem adotadas medidas pra evitar esse tipo de situação e medidas foram tomadas. Conseguimos aumentar em 28% as consultas ofertadas à população. Conseguimos mudar a realidade em algumas UBSs, obviamente que muita coisa ainda precisa se fazer. Reduzimos em torno de 60% as filas da madrugada, mas ainda faltam 40%. Mas se tem uma coisa que não conseguimos fazer é criar um mínimo de sensibilidade nos gestores dos leitos SUS de Cascavel, isso não conseguimos. Um aparte vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Quero registrar meu apoio a essa Frente Parlamentar, que juntamente com outros vereadores fomos ver a realidade na época, por ocasião da CPI da Saúde. Acredito que nós, enquanto vereadores dessa Casa, estamos dando um passo importante pra resolver esses problemas. Cumpre seu papel essa Casa ao criar essa Frente Parlamentar da Saúde; esse projeto, tenho certeza que será um dos grandes efeitos, pra buscarmos amenizar os problemas que temos na saúde em Cascavel. Obrigado. – Vereador Gugu Bueno: Obrigado. Encerrando, quero garantir aos senhores vereadores que irão compor essa Frente Parlamentar, que a Frente terá total e irrestrito apoio dessa presidência, seja apoio político ou de estrutura dessa Casa. É prioridade nº 1 dessa Casa, a saúde pública. Evidentemente que a solução não depende de nós, mas vamos cumprir com nosso papel de fiscalizador do povo de Cascavel. Vamos ao menos gritar pra que algum ouvido possa ouvir e, pra que algo seja feito. Após a aprovação dessa resolução, senhores, quero deixar em aberto o prazo de 7 dias até a próxima sessão pra que os senhores vereadores que tenham interesse em compor essa Frente Parlamentar se manifestem de maneira oficial, para que a gente possa compor essa Frente e de imediato iniciar essa Frente Parlamentar. Seria isso. O trabalho continua, a luta continua e a paz dessa gente que não tem sensibilidade no coração, acabou. Vamos sim, cobrá-los, denunciá-los, forçá-los a fazer alguma coisa. – Vereador Jorge Menegatti: Vejo o problema de saúde de Cascavel como um problema muito grave, como já falei ano passado, e mostrei documentos e imagens, aqui. Nós temos um problema sério pra resolver em Cascavel; temos dados em nosso gabinete, um trabalho que está sendo feito agora novamente e na próxima semana, vou mostrar novamente o problema do trânsito de Cascavel. Pra nós debatermos em saúde pública, precisamos nos lembrar de onde vem o problema. 70% dos leitos de UTI são utilizados por acidentados. Precisamos sim, fazer o trabalho da Comissão e agora da Frente Parlamentar de Saúde e coloco meu nome à disposição, porque quero contribuir; mas precisamos olhar de onde vem o problema. Até falei ano passado e falo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

novamente: o problema de saúde de Cascavel começa no trânsito, não somente local, mas trânsito das rodovias. Investimento é muito pequeno, temos um contorno feito há pouco tempo vergonhoso, vários acidentes acontecem ali com mortes e machucados que vão pra o HU tomar vaga da pessoa que está doente. Falar que o problema é só de saúde, é de saúde sim, mas o problema maior é o problema de trânsito, precisamos investir, melhorar, fazer quebra mola que não tem, melhorar sinalização. Quantas esquinas que tem lá a faixa de pare apagada; precisamos ver qual qualidade da tinta que estão comprando pra utilizar, por que se apaga rapidamente. Vou mostrar próxima semana um vídeo dos semáforos, das placas embaixo das árvores. Semana passada eu estava na esquina da Castro Alves com a Paraná, um carro passou, furou o sinal vermelho a mais ou menos 60 por hora; olhei na placa, era de fora. E porque ele furou? Porque não tem na cabeça dele que ali tem semáforo e quando ele vem, não enxerga porque tem uma árvore na frente. A culpa é de quem? Do motorista ou de quem não está podando as árvores? Se a pessoa vai pra o HU, se tivesse acontecido um acidente, felizmente não aconteceu, ele vai pra o HU tomar o leito de quem está na Upa. Temos que ver a fonte do problema, 70% dos leitos ocupados na UTI são de pessoas acidentadas. Onde temos que investigar, investir, legislar? É no trânsito local e trânsito das rodovias; rodovia, claro, não podemos nos meter. Rodovias que contam nossa cidade é problema estadual, mas temos que cobrar dos deputados uma solução para o caso; sabemos do movimento que tem, os acidentes todos conhecem. Então, na próxima semana vou mostrar o levantamento novamente da sinalização da cidade. Obrigado. Espero contribuir com a sociedade e com essa Casa nesta Frente Parlamentar. – Presidente: Em primeira votação o projeto de resolução 11/2014, que institui a Frente Parlamentar de Fiscalização Permanente do Sistema Único de Saúde na Câmara Municipal de Cascavel, de autoria dos vereadores: Gugu Bueno, João Paulo de Lima, Jaime Vasatta, Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Ganso Sem Limite, Nei H. Haveroth e Danny de Paula. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de resolução aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Finda que está a matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** - Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. – Vereador Pedro Martendal: Questão de ordem, antes dos vereadores se manifestarem na tribuna, gostaria de fazer um comunicado e um aviso que a Comissão de Educação e Cultura está promovendo uma audiência pública pra quinta-feira, às 9 horas da manhã, neste Plenário. Queremos convidar todos os vereadores que participem conosco dessa audiência tão importante, que trata da educação. Obrigado. – Presidente: Estão inscritos pra falar no grande expediente os vereadores Celso Dal Molin, Luiz Frare, Cláudio Gaitero, Paulo Porto, Professor Paulino, Romulo Quintino e Fernando Winter. Com a palavra vereador Celso Dal Molin. - Vereador Celso Dal Molin: Só quero lembrar aos senhores que na Câmara Federal de Brasília foi feita eleição da mesa, onde foi eleito Eduardo Cunha como presidente com 267 votos e, também na vice-presidência Valdir Maranhão com 428 votos e aqui uma alegria pra nós da região, que o segundo vice-presidente em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Brasília é o deputado Giacobbo com 322 votos. Isso é uma alegria pra nossa região, pra o Paraná, porque o deputado Goiacobbo tem mostrado que é um deputado atuante, tem trabalhado em prol da região e teve o reconhecimento em Brasília em uma candidatura avulsa, onde foi eleito como segundo vice-presidente. E aproveitando que estamos falando do deputado Giacobbo, queremos deixar um comunicado que ele liberou pra cidade de Cascavel, vou até ler o ofício: *Tenho a satisfação de informar a ordem bancária número tal, no valor de R\$ 975.000,00, emenda de minha autoria para aquisição de equipamentos para a patrulha mecanizada, na cidade de Cascavel.* Então quero relatar aqui, que o nosso deputado do partido PR, honrando mais uma vez a cidade de Cascavel e trazendo verba; logo no começo do ano essa verba de R\$ 975.000,00, pra nossa cidade. Temos um deputado que trabalha e foi honrado em Brasília com sua eleição na segunda vice-presidência, daquela Casa. Sabemos que com esse cargo, ainda mais ele vai trazer, ajudar o Paraná e muito mais nossa região. Um agradecimento especial ao deputado Giacobbo, por essa verba que chega a Cascavel para as patrulhas mecanizadas no valor de R\$ 975.000,00. – Presidente: Com a palavra Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Eu só quero fazer um comunicado, a esposa do Murilo, ex-vice-presidente do Clube Comercial acabou de falecer e, além de abrir mão da palavra peço licença pra me retirar. – Presidente: Licença concedida. Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: No sábado, estivemos no Centro Esportivo Ciro Nardi assistindo o grande jogo da Liga Nacional de vôlei feminino da série B, Cascavel e Brasília, onde o ginásio estava completamente lotado. Vimos lá um público assistindo com muita emoção aquele jogo, onde Cascavel venceu os 3 sets, foi 3 a 0, apertadinho e a disputa foi muito grande. Fica aqui o registro e convidar a todos, pra que no dia 21 apareçam no ginásio pra participar. Ao professor Fernando e Ladir e o secretário de esporte, Wanderlei Faust, que está fazendo um grande trabalho naquela Secretaria. – Vereador João Paulo: Queria aproveitar e dizer que a CATVE completa 11 anos. Queria parabenizar o grupo Assis Gurgaz e também, o diretor da CATVE, Jorge Guirado, por seus 11 anos de transmissão da CATVE. Obrigado pelo aparte. – Vereador Cláudio Gaitero: Seria isso. – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Desde a sexta-feira passada, vários veículos de comunicação de todo Estado do Paraná, vêm noticiando a iminência de uma greve geral do funcionalismo público. Essa greve atingirá especialmente os setores de educação, segurança pública, saúde, setores que estranhamente se diziam e eram prioridade, da campanha do governador Beto Richa. Em sua reeleição do primeiro turno, o governador falou com todas as letras que não mediria esforços pra valorização da escola pública e dos educadores. Pois bem, passada a eleição o que se vê é o contrário. Se vê um total desmonte do Estado e uma desvalorização de todo funcionalismo público; esse descontentamento do funcionalismo é geral e a greve é motivada pelo calote que o governo vem tratando a categoria com seus direitos trabalhistas, ou melhor, sua remuneração e além do pacote, que visa atacar os direitos históricos dos trabalhadores. Nas escolas estaduais, a APP iniciou hoje uma greve geral e, nas universidades públicas devemos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

seguir o mesmo caminho; assim como também, deverão entrar em greve servidores da saúde, judiciário e Detran. Neste momento, companheiros nossos se encontram em Curitiba, tentando sensibilizar os deputados pra que barrem o pacote do Beto Richa, porque atinge o coração dos nossos direitos históricos. São várias mudanças prejudiciais na nossa carreira, inclusive colocando em risco nossa aposentadoria, duas dessas mudanças afetam todo funcionalismo do Estado: a extinção do quinquênio e a criação de um teto da previdência estadual. Outras 5 mudanças atingem o magistério, mudanças que não só mexem no direito adquirido como também, pode encorajar uma aposentadoria precoce de diversos servidores, causando um caos na educação e saúde, haja vista que já temos uma grande defasagem de quadros. Outra medida intolerável é que o Beto Richa quer colocar a mão no nosso fundo previdenciário; colocando em risco nossa aposentadoria de forma geral, devido sua incompetência em gerir o Estado, Estado que ele herda dele mesmo. Quebrou o Estado e agora, quer mexer nas regras do jogo, na nossa aposentadoria pra poder pagar seus desmandos. O que teria mudado nestes 4 anos pra o Estado quebrar dessa maneira? Que tipo de obra, programa ou destinação de recursos foi feita, pra ter comprometido de tal maneira o Estado do Paraná. Esses decretos e medidas de austeridade anunciados pelo governador, tem como objetivo o rombo financeiro promovido pela política de terceirizações, privatizações e aumento abusivo de cargos em comissão e gastos milionários em termo de propaganda oficial; além de empréstimo junto a bancos internacionais. Entendemos que somente com a mobilização da classe trabalhadora de maneira unificada, nós conseguiremos barrar mais esse ataque a nossos direitos; por isso esse mandato é solidário e dá todo apoio à greve que vem se construindo e já deu apoio, inclusive a greve da APP, justa e legítima. Neste momento, nossa linha de defesa se encontra em Curitiba, que são nossos deputados, pra barrar esse projeto. Nós temos aproximadamente 15 deputados, que contamos favoráveis pra classe trabalhadora e a pergunta que fazemos é: e os nossos 5 de Cascavel? Nós temos o compromisso do Márcio Pacheco, de José Lemos que é um batalhador histórico em relação às demandas populares. Hoje de manhã, nosso gabinete, no intuito de tensionar os deputados, entramos em contato com Paranhos e ele disse que votaria a favor dos trabalhadores. E fica um silêncio em relação ao Adelino e André Bueno, cabe a nós pressioná-los, e nossa primeira linha de defesa é a Assembleia e que esses deputados representem o povo, ao qual devem esse compromisso assumido em campanha. Cabe a nós tensionarmos pra que esse projeto não passe, caso passe nós teremos uma greve histórica no Paraná, porque o Beto Richa tem que aprender que o Paraná não é São Paulo, nossos sindicatos não se curvarão como aconteceu em São Paulo, e que hoje é terra arrasada, para a rede estadual e para o ensino superior e para o funcionalismo público. Não permitiremos que Beto Richa faça do Paraná terra arrasada, como os tucanos fizeram nestes últimos 20 anos. Esse é papel nosso de cidadãos, eleitores, servidores do Estado e de quem defende as políticas públicas; por isso quero me solidarizar com essa demanda, com esse movimento. O meu mandato está à disposição e vamos fazer o possível, pra que isso não passe na Assembleia.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Nossa primeira linha de defesa está na Assembleia, depois vamos às ruas pra o que for possível e pra que o Beto Richa não liquide as políticas públicas e em especial, não liquide os direitos históricos dos servidores estaduais. (-Um aparte) Concedido. – Vereador Nei H. Haveroth: Eu posso falar pelo deputado do nosso partido, Adelino Ribeiro; não tive oportunidade de conversar com ele, mas acredito pela sua manifestação que aquilo que ele tem traçado no seu mandato, estará sim e nós faremos isso hoje ainda, solicitando que o deputado tome um posicionamento a favor da educação do Paraná, porque acreditamos que um país que quer ser uma nação forte, principalmente na recuperação das mazelas pedagógicas não precisa passar por medidas tão drásticas, mas sim administrativas corretas, coerentes e respeitando o direito da classe dos professores e porque não dizer que espera sim, investimentos maiores no setor da educação e não cortes. Esse vereador pediu voto pra este governo, mas também não vai se calar sobre medidas absurdas e, que venham comprometer a educação no nosso Estado, Município e também as medidas que vierem do Governo Federal e que não forem medidas boas e que não estão incentivando a verdadeira recuperação da educação. Obrigado. – Vereador Romulo Quintino: Obrigado, vereador Paulo Porto. Estou inscrito pra falar no grande expediente, mas vou abrir mão dado o adiantado da hora. Nós protocolamos a moção nº 02, que expressa apoio à greve dos professores da rede estadual de ensino. Serão dias de grandes embates, conversas e, tenho dito que: é uma bandeira de todos, uma situação que o trabalhador da educação não pode ceder. Ele tem cedido muito até aqui e me pergunto quantas vezes ainda, na época de Guarapuava, Faxinal do Céu, os professores levantando cedo, indo pra o estudo, preparação, o PDE, quantos cursos os professores fizeram e isso tudo está indo por água abaixo, se aprovado esse anteprojeto; daí o nosso apoio de estar sempre junto ao movimento. Amanhã, falaremos sobre a moção, mas desde já, à classe trabalhadora da educação nosso apoio. Obrigado. – Vereador Paulo Porto: O presidente da Casa por uma questão regimental não pode pedir aparte, e me pediu pra registrar que o deputado Nereu Moura também, está capitaneando a resistência na Assembleia junto com os 15 deputados e deixar claro que, essa Câmara aprovou 2 moções: uma de repúdio ao pacote do governo Beto Richa e a outra moção de apoio à paralisação e a greve dos trabalhadores da educação da rede estadual. Essa Câmara está tentando fazer sua parte e cobrará especialmente, dos deputados da nossa cidade que votarem contra o funcionalismo. Contem conosco e não tenham dúvida que teremos longas batalhas à frente desse governo Beto Richa, que tem um dos piores governos do Estado do Paraná. Muito obrigado. – Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Senhor presidente, vereadores, Plenário em especial, nossos colegas professores entre eles, o professor Sebastião da Unioeste, a professora Amâncio, minha esposa que também é professora, meu filho que é professor Simão, enfim essa juventude que aqui está, a nossa satisfação em poder estar com vocês. Evidentemente, esperamos que a comunidade de Cascavel possa estar dando esse apoio, evidentemente que a gente já agradece a todos pelo apoio. O



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

professor Paulo Porto praticamente já exarou sua posição, obrigado professor! É isso mesmo, ele deixaria pouco pra nós dentro da qualidade da fala que ele pronunciou há pouco. Vou ler pra os senhores a carta que a APP, o Sindicato, ao nível de Estado, está entregando hoje para a comunidade escolar dizendo o porquê da greve. Só fazer um esclarecimento: essa greve não começa hoje, essa greve não terminou a greve que tínhamos no mês de maio; ela está continuando, porque os professores, funcionários, trabalhadores da educação, nós estávamos em estado de greve e, foram suspensas as paralisações, mas não a greve, portanto, neste momento estamos retomando a greve que ficou suspensa, porque acreditávamos que o governo iria cumprir o que foi acordado, pra que pudéssemos voltar à sala de aula. Muitos pontos foram acordados com o governo, dentre eles: pagamento de promoções e progressões, por maior habilitação de professores, PSS. E nós continuamos vendo situações que nos deixavam mais tristes, em vez de pagar o que devia, ele foi cortando mais. Quando passou a eleição ele acabou com a eleição de diretores, mexeu na lei que garante a eleição democrática a todas as escolas, uma atitude arbitrária, onde infelizmente passou um pacote, a assinatura e passou na ALEP. O governo propôs e naquele momento, os deputados aprovaram o fim da eleição pra diretores propondo aí, um adiamento que seria pra o próximo ano; mas se mexeu na lei, descaracterizou. Diretores estaduais que estão hoje, não estão com legitimidade da população; ele está lá porque o governo quis. Nós entendíamos que isso era um absurdo e o fim: não vai acontecer mais nada tão grave em 2014 e, em seguida o que tivemos? As matrículas, quando chegou o momento, nós percebemos que o governo estava cortando não só turmas, mas os colégios, eliminando colégios, escolas agrícolas e não acabando só com turmas, achamos que isso era uma maldade, fomos pra cima e, parece que recuou, e com isso chega as férias. Achávamos que íamos descansar, o que acontece? Novamente fomos pegos de surpresa quando o governo corta o 13º de férias dos professores. Não foi só da educação, mas evidentemente que nós APP e o Sindicato que representa os trabalhadores em educação das escolas públicas, fomos atrás e a duras penas conseguimos que pagassem os 13º dos professores do PSS, que são aqueles que infelizmente são os mais prejudicados. Isso não bastou, resolvemos esse problema. Resolvemos? Nada. Os cortes continuam, de repente percebemos que as escolas não iam poder abrir hoje: as escolas estão com mais de 2 meses atrasados com o Fundo Rotativo, recurso que é pra pagar inclusive, o papel higiênico, material de limpeza, os diretores, e não têm condição de abrir as escolas; por isso estamos tendo apoio de todo os diretores da região e do Estado. É impossível colocar nossos estudantes naqueles locais, é insalubre, portanto mais um motivo; mas quando achávamos que toda maldade já tinha acontecido, hoje na Assembleia Legislativa está sendo votada uma emenda, projeto do governo que acaba com o plano de cargos, carreira e salário dos professores e funcionários de todo Estado do Paraná. O pacote de maldade não acabou ainda. Quero pedir aos nossos vereadores que tenham representação na Assembleia Legislativa, que passem mensagem para os deputados da sua base: deputado você tem que votar contra essa maldade, pois isso é



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

acabar com o plano de cargos, carreira e salário e, não é só isso: é acabar com a educação pública neste Estado, quem mais quer ser professor? Nós temos uma defasagem enorme na nossa área, se isso acontecer, qual jovem vai querer ser professor, ainda? O Paraná é um Estado rico, não é possível que não tenha recursos pra pagar os funcionários, professores. Estamos pedindo aos nossos vereadores que se comuniquem, temos uma bancada muito grande, o PSC por exemplo, são 12 deputados, gostaríamos de contar com o apoio de todos eles. Evidentemente, que isso que temos outros deputados, alguns já se posicionaram contrários. Esperamos aconteça o apoio. Recebi uma ligação da professora Valci que é nossa professora da APP, Sindicato e que está em Curitiba, estão lá um grande número de pessoas que estão lá pra adentrar na Assembleia Legislativa. Estamos com dificuldade de poder adentrar, distribuíram 300 fichas e quero aproveitar pra dizer que: a Câmara de Vereadores, através da Comissão de Educação que vamos promover aqui, na quinta-feira, às 9 horas, uma audiência pública pra tratar dessa questão. Queremos que as autoridades que defendem de fato a escola pública, que estejam aqui neste momento. A gente já está convocando a sociedade, pra que venham aqui ouvir os dois lados. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Eu concordo e entendo suas palavras, mas apenas como sugestão talvez, essa audiência pública fosse feita eventualmente na quarta-feira, na quinta-feira a vaca já foi pra o brejo. A gente tem que fazer toda essa movimentação, apenas como sugestão e tem o compromisso dos vereadores pelo menos na grande maioria, como estamos da nossa parte falando com nosso deputado, pra que esteja votando junto com os professores; apenas como sugestão. – Vereador Professor Paulino: Nada obsta, mas por uma questão de logística, na verdade é urgente. Mas tudo bem, vamos debater e a gente anuncia. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. – vereador Romulo Quintino: Dado o adiantado da hora e já ter sido contemplado na fala do Professor Paulino e do Paulo Porto, nós falaremos amanhã quando da votação da moção. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Parabenizar a fala do vereador Paulo Porto e também, do Professor Paulino sobre a educação, o que está acontecendo no nosso Estado. Parabéns! A sugestão do vereador Romulo Quintino é pertinente, nós temos a questão da logística, se há possibilidade, vamos ver com a diretoria, se há possibilidade de realizarmos quarta-feira a audiência pública; então realizaremos. Mas, gostaríamos de renovar o convite a todos os vereadores que é importante sua participação e também, do sindicato, dos alunos, dos professores. Como disse o Professor Paulino: ver os dois lados, pra que a gente possa discutir e debater esse assunto tão importante, que na minha opinião a profissão mais importante que temos é a do educador, do professor. Era isso. Fica aí nosso convite. – Presidente: Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e vinte e oito minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO
Presidente

ROÔMULO QUINTINO
1º Secretário